



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 20/2019

Da reunião pública extraordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 31 de outubro de 2019

----- Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Jorge Inácio, José Galrito e Luís Conceição, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O senhor presidente da Câmara informou os membros presentes da não comparência do vereador, Paulo Paulino na reunião, dado que, o mesmo se encontra de férias. -----


----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

A Câmara considerou justificada, por unanimidade, a falta do vereador da Câmara Paulo Paulino, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PROPOSTA N.º 211/2019 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2020:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo

1


Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar para efeitos no n.º 2 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e pelos motivos considerados, manter para o ano de 2020 a participação variável no IRS em 0%, bem como que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da legislação aplicável. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 212/2019 – FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2020:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), fixar para o ano de 2020, a taxa sobre os prédios urbanos em 0,3%; -----

2. Para os efeitos previstos no n.º 5 do CIMI, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 213/2019 – REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2020 – COEFICIENTE FAMILIAR:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Para efeitos no número 1 do artigo 112-A.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos



termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

2. Para os efeitos previstos no número 1 do CIMI, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 214/2019 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA VIGORAR NO ANO DE 2020:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Aprovar a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para cobrança no ano de 2019 em 0,25%; -----

2. Que a deliberação que recair sobre a presente proposta seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número 1 do artigo 33º e alínea b) do número 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 215/2019 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE MARTIM LONGO (ADECMAR) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA (FEIRA DA PERDIZ):**

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual

se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 8.348,88 € (oito mil trezentos e quarenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADECMAR), para apoio à organização da Edição de 2019 do evento Feira da Perdiz. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 216/2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o Orçamento, as Grandes Opções do Plano (OM e GOP) e o Mapa de Pessoal para o ano de 2020. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para elaborar uma pequena resenha sobre o assunto, nomeadamente que os documentos apresentados traduzem um conjunto de ações e projetos assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho, associada à melhoria da qualidade vida dos munícipes; -----

Que os valores inscritos no Orçamento Municipal (OM) inicial para o ano de 2020, em investimentos, continua a ser marcado essencialmente nas rubricas de habitação e diversas construções de recuperação urbana através das obras que se encontram em curso; -----

Que o documento em discussão encontra-se de acordo com as medidas firmadas no programa eleitoral, sendo um instrumento previsional de gestão o município cuja elaboração assenta em regras estabelecidas na legislação em vigor; -----

Findou referindo que OM e GOP espelham a estratégia de rigor e exigência na consolidação financeira que pontuam a gestão da Câmara Municipal. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para mencionar que “teve pouco

tempo para analisar” o documento, todavia, da análise efetuada conclui que o mesmo não aposta na criação/dinamização de um plano estratégico de desenvolvimento, priorizando a criação de emprego, e nesse sentido questiona as medidas previstas pelo executivo. Solicitou de seguida esclarecimentos sobre a candidatura de “modernização e capacitação administrativa”, bem como da candidatura na área do “Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhoria de gestão de recursos naturais”. Ainda solicitou esclarecimentos sobre a análise comparativa das despesas com o pessoal, relativo ao aumento das receitas e remunerações permanentes, comparativamente com a diminuição da Segurança Social. -----

----- O presidente da Câmara interveio para prestar os esclarecimentos solicitados e referir que é um orçamento que continua a manifestar de forma clara as prioridades da ação política do executivo municipal, especialmente na melhoria das condições de vida da população, tendo solicitado de seguida que o Chefe de Divisão prestasse explicações, relativamente à última questão apontada pelo vereador Jorge Inácio. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para mencionar que na rubrica da segurança social estão incluídas as previsões com as despesas da saúde dos trabalhadores, que se expectavam que diminuam para o próximo ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

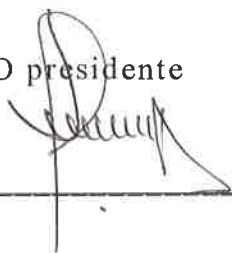
Apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me neste ponto, por considerar que o documento não contempla/visa investimento na empregabilidade do concelho, de modo a afixar população, nomeadamente na criação de uma rede de Lares, um por freguesia, criação de unidade de cuidados continuados de média duração, travessia no rio guadiana (infraestrutura), parque de campismo (praia fluvial). -----

MINUTA DA ATA: Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 31 de outubro de 2019, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por

unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas catorze horas e quarenta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente



O secretário

